

estratégias roleta bet365

Última atualização: 27 Maio 2024, Autor: AceOdds

As plataformas de apostas têm cada vez mais se espalhado por todos os cantos do planeta, e, dentre elas, uma das mais conhecidas é a Bet365. No entanto, é comum que os apostadores brasileiros ainda não tenham certeza se esse site atua de forma legal no Brasil. Por isso, neste artigo vamos buscar esclarecer as suas dúvidas sobre a legalidade da plataforma Bet365 no Brasil, para que assim você tenha certeza de estar se divertindo dentro do que a lei permite.

Qual é a situação das apostas esportivas no Brasil?

A legislação brasileira sobre o assunto ainda é muito vaga, mas, de acordo com a lei 13.756, de 2024, é possível ofertar esse tipo de aposta no país. No entanto, a lei menciona que essa atividade deve ser regulamentada no prazo de até 2 anos, prorrogáveis por outros 2 anos. Por isso, mesmo estando liberadas para atuar, as plataformas ainda estão aguardando leis mais específicas para o funcionamento das suas atividades no país.

Atualmente existe um projeto de lei em andamento no Senado, o PL 442/91, que visa trazer a regulamentação para esse setor, e legalizar também outras modalidades de apostas, como cassinos, bingos e outras.

Esse projeto de lei acabou de ser aprovado pela Câmara dos Deputados, e agora tramita para votação no Senado. Os senadores, no entanto, não têm essa pauta como prioridade, o que significa que ainda pode levar algum tempo até que se tenha uma definição sobre o assunto.

Além disso, o presidente Bolsonaro mencionou que caso o projeto seja aprovado pelo Senado, ele ainda tem o poder do veto.

Existem chances de aprovação do PL 442/91 ainda em 2024?

Um dos grandes motivadores para que os jogos de azar sejam legalizados e regulamentados no Brasil ainda em 2024 é a Copa do Mundo que será realizada no final do ano. Afinal, esse é o evento esportivo mais aguardado pelos brasileiros, e poder gerar uma enorme arrecadação de dinheiro para o governo caso as plataformas estejam regulamentadas e pagando os seus impostos em dia.

Por isso, existe a possibilidade de que esse projeto de lei